

Sarney diz a deputado que o País deve liderar debate

por Walter Marques
de Brasília

O presidente José Sarney está convicto de que é seu dever colocar o Brasil na liderança do debate da dívida externa na América Latina. Ele afirmou esse propósito ao receber ontem em audiência o deputado João Hermann (PMDB-SP), que vai a Cuba a convite do primeiro ministro Fidel Castro, juntamente com uma dezena de parlamentares brasileiros para participar dos debates sobre a dívida externa promovidos pelo governo de Havana. A informação é do deputado.

João Hermann explicou ter proposto a Sarney que ele, como presidente legítimo e popular do Brasil, abraçasse a liderança dos países latino-americanos endividados, no discurso que fará na Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro. "Eu não entendo isso como uma missão mas como um dever", respondeu o presidente da Repú-

blica, observando ainda que já está "sentindo os reflexos nos outros países devedores das posições que o Brasil está assumindo", segundo contou Hermann.

O deputado paulista disse ter perguntado ao presidente como ele está recebendo as declarações do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e do líder desse partido na Câmara, Pimenta da Veiga, sobre a participação do Congresso Nacional na negociação da dívida. Sarney esclareceu que, para ele, as negociações "terão duas fases. A primeira é essa do endurecimento com o FMI e a segunda será decidida ao ouvir as lideranças parlamentares". Como o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, declarou ao repórter Márcio Chaer, "já está na Constituição", ou seja, "é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre os tratados, convenções e atos interna-

cionais celebrados pelo presidente da República".

João Hermann relatou que manifestou ao presidente a sua preocupação, com a data-limite de 31 de agosto fixada pelos bancos credores para a vigência do esquema de rolagem das amortizações da dívida fixado no último acordo, em princípio de 1984. "Mas essa data é deles", afirmou o presidente. "Sim, mas eu estou preocupado com a posição dos credores que apostam na auditoria do FMI", retrucou o deputado. "Nós não temos medo", arrematou com firmeza José Sarney, segundo o relato do deputado.

O presidente, segundo João Hermann, afirmou ainda que não aceita o foro jurídico de Nova York ou Londres, porque o Brasil não é signatário da convenção do Banco Mundial de 1965 que fixou como arena para dirimir contenciosos entre credores e devedores os dois maiores centros fi-

nanceiros do mundo ocidental. Sarney lembrou ainda ao deputado que na carta por ele dirigida ao primeiro-ministro Fidel Castro, na qual declinou do convite para visitar Havana, deixou patente que o governo brasileiro entende ser Cartagena o foro internacional para a discussão da dívida externa pelos países da América Latina.

O deputado disse ter suscitado durante a conversa com o presidente a questão da vinculação da dívida externa ao conflito ideológico Leste-Oeste, lembrando que o próprio Sarney, em seu pronunciamento, na última segunda-feira, havia afastado essa possibilidade. O presidente esclareceu, então, que "o Brasil não pode servir aos interesses do conflito Leste-Oeste. O conflito é Norte-Sul", concluiu o presidente, estabelecendo assim clara distinção entre as suas posições e o movimento liderado pelo governo de Havana.